



XXXIX ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

OCPC10 Créditos de Descarbonização



Fernando Galdi (*fernando.galdi@assetbradesco.com.br*)

- Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidade do Arkansas (UArk) e LL.M em Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV-RJ.
- Tem especialização no curso de operador do mercado financeiro pela FIA-USP e participou de programa intensivo de empreendedorismo na UC Berkeley.
- É superintendente de estratégia e inovação na Bradesco Asset Management, membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), membro do corpo de árbitros da Câmara do Mercado (CAM-B3), membro do conselho superior da Câmara Cindes/Findes de conciliação, mediação e arbitragem, editor adjunto da Brazilian Business Review e membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.
- É professor Titular na Fucape Business School.
- Foi diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), head de quantamental investing na Sarpen Quant Investments, sócio e diretor da gestora de patrimônio AlphaMar Investimentos, membro do comitê de auditoria do banco Banestes S/A e atuou como analista de relações com investidores na Braskem S/A, além de ter sido diretor financeiro e administrativo da Fucape Pesquisa e Ensino S/A.
- Possui larga experiência como parecerista técnico e consultor para instituições financeiras e empresas brasileiras e estrangeiras.

Eventos recentes no mercado brasileiro

- **23/12/2022**
 - *R175 CVM – limite de 10% na carteira*
- **05/10/23**
 - *PL 412/22*
 - *Cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE)*
 - *Natureza Jurídica: define os créditos de carbono como valores mobiliários quando negociados nos mercados financeiros e de capitais.*
 - *Tributação: De maneira geral, os ganhos decorrentes de operações com os ativos serão tributados pelo IR de acordo com as regras aplicáveis e não estarão sujeitos à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).*
- **20/10/2023**
 - *Consulta Pública OCPC 10 – CVM/CPC/CFC*
- **31/10/2023**
 - *Consulta Pública (CVM) sobre Fiagro – sem limitação % na carteira*

Global greenhouse gas emissions and warming scenarios

Our World
in Data

- Each pathway comes with uncertainty, marked by the shading from low to high emissions under each scenario.
- Warming refers to the expected global temperature rise by 2100, relative to pre-industrial temperatures.

Annual global greenhouse gas emissions
in gigatonnes of carbon dioxide-equivalents

150 Gt

100 Gt

50 Gt

Greenhouse gas emissions
up to the present

0

1990 2000 2010 2020 2030 2040 2050 2060 2070 2080 2090 2100

No climate policies

4.1 – 4.8 °C

→ expected emissions in a baseline scenario
if countries had not implemented climate
reduction policies.

Current policies

2.5 – 2.9 °C

→ emissions with current climate policies in
place result in warming of 2.5 to 2.9°C by 2100.

Pledges & targets (2.1 °C)

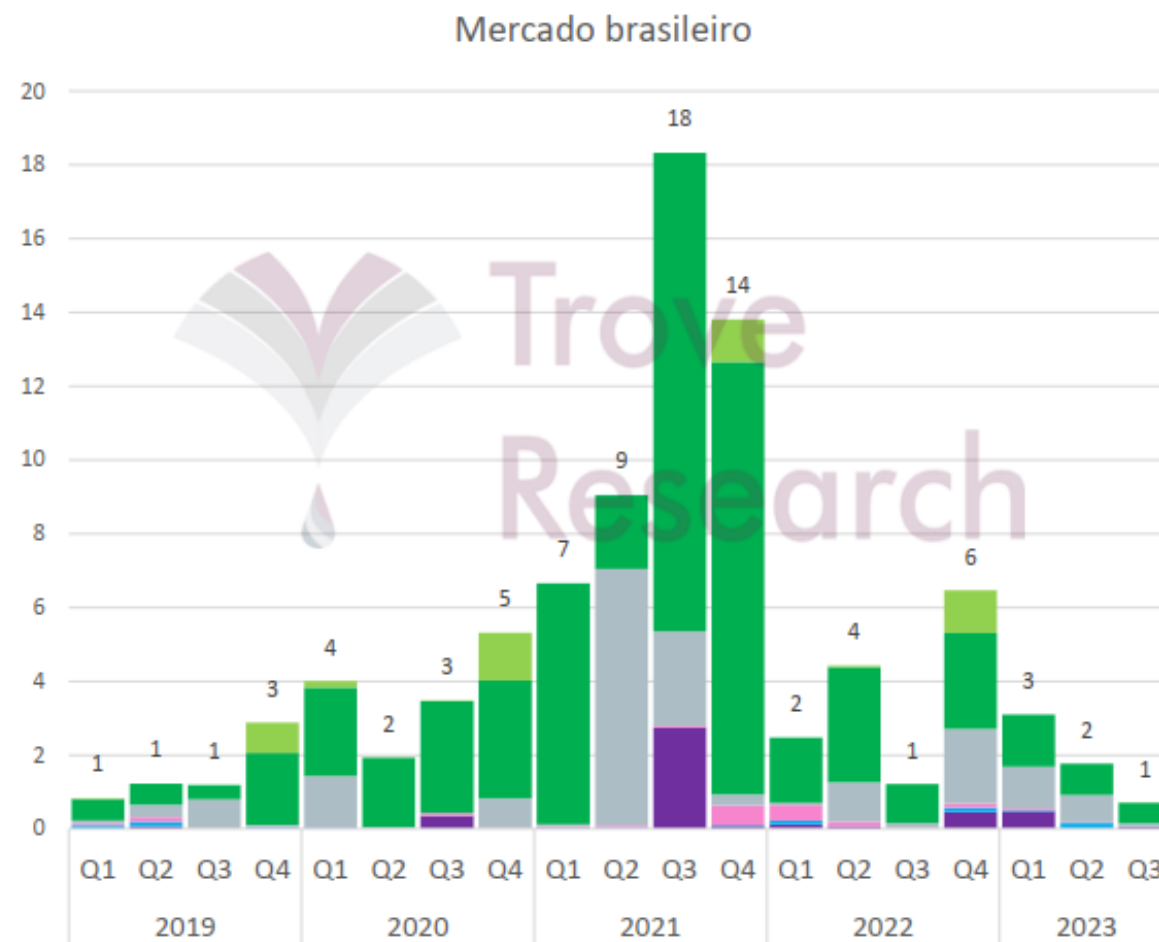
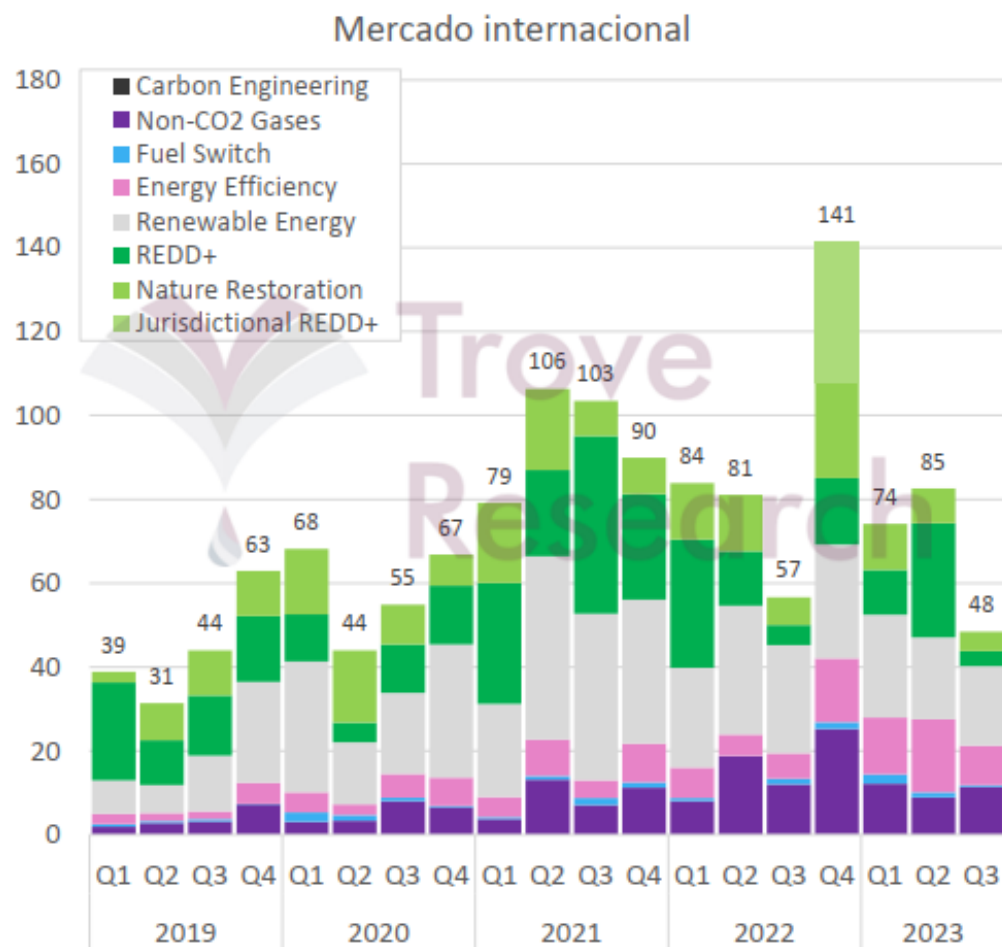
→ emissions if all countries delivered on reduction
pledges result in warming of 2.1°C by 2100.

2°C pathways

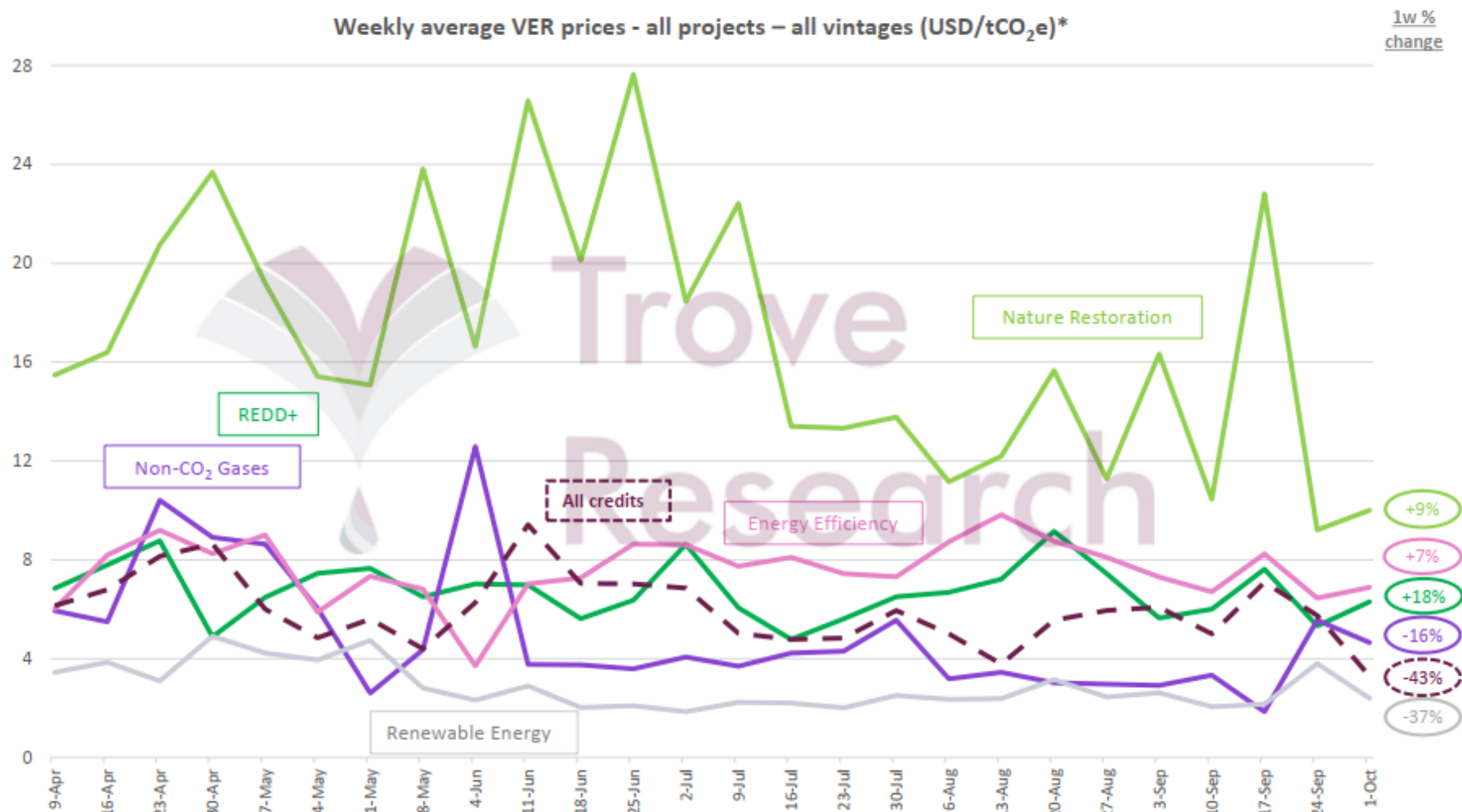
1.5°C pathways

O terceiro trimestre de 2023 foi o mais baixo em emissões nos últimos três anos

Emissões de créditos de carbono por trimestre (MtCO₂e)



Preços se mantêm rel. constantes ao longo do ano, com destaque para Restauração da Natureza



Aspectos gerais

- Formação do GT pelo CPC no segundo semestre de 2022;
- ABRASCA, AMEC, BACEN, CVM, CFC, IBRACON, além de BNDES, e ABRACONEE como entidades convidadas;
- Não trata de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de descarbonização.
- Pedra angular: não criar conceitos novos e diferentes dos IFRS / CPCs.

Aspectos gerais

- Objetivo

Reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de descarbonização e suas decorrências.

- Alcance

Originação, negociação ou aposentadoria dos créditos de descarbonização, bem como o estabelecimento de critérios relacionados a eventuais passivos associados ou decorrentes de obrigações não formalizadas.

Definições-chave

- Créditos de descarbonização:
 - (a) Créditos de carbono, créditos de metano e demais créditos assemelhados gerados por projetos que reduzem ou evitam a emissão de gases de efeito estufa (GEE), assim como aqueles gerados por projetos que sequestram ou removem os GEE da atmosfera, observado contexto de adicionalidade e da certificação por organizações credenciadas;
 - (b) Créditos de Descarbonização (CBIO), emitidos no âmbito do programa Renovabio, instituído pela Lei nº 13.576/2017; e
 - (c) Licenças de emissão (*allowances*) emitidas por Governos. Ressalte-se que *allowances* não são créditos de carbono per si, embora possam ser categorizados como direitos similares aos créditos de descarbonização, uma vez que representam permissões para emissões de GEE, dentro de um programa formal de redução de emissão desses gases.

Agentes econômicos e modelos de negócio

Agentes/mercado	Governo	Originador	Intermediário	Usuário final
Definição	Agente responsável pela definição e implementação de políticas públicas de descarbonização da economia, impondo metas de redução e/ou compensação de emissão de GEE, e restrições e/ou multas em caso de descumprimento dessas metas.	Agente econômico que controla os recursos econômicos com potencial de gerar créditos de descarbonização por meio de projetos que reduzem, removem, sequestram ou impeçam a emissão de GEE na atmosfera.	Agente econômico que negocia, assídua e frequentemente, créditos de descarbonização alinhados ao seu objeto social e, por conseguinte, tem o potencial de auferir receitas dessa atividade operacional principal.	Agente econômico que adquire os créditos de descarbonização para compensar suas emissões de GEE por meio da aposentadoria (retirada de circulação) de tais instrumentos.
Mercado regulado	Fora do escopo	No escopo da OCPC (*)	No escopo da OCPC	No escopo da OCPC
Mercado voluntário	NA	No escopo da OCPC	No escopo da OCPC	No escopo da OCPC

(*) Caso Brasileiro – Renovabio (CBIO).

Mercado Regulado

- Há interferência direta ou indireta (por meio de agência, legislação ou regulamentação) de ente governamental para incentivar ou desincentivar ações dos agentes econômicos que não seriam levadas a efeito caso essa interposição não fosse efetuada.
- Controle e Fiscalização: Governo/Agência Governamental
- Ex: EU ETS, California Low Carbon Fuel Standard, Renovabio, California Renewable Energy Credits e China Green Power Certificate.

Mercado Voluntário

- As transações entre partes interessadas em negociar são efetuadas de forma espontânea, livres de qualquer interferência governamental e motivadas pelo exercício de interesses discricionários entre as partes envolvidas na transação.
- As transações efetuadas nesses mercados podem se dar em mercado organizado de negociação de créditos de descarbonização ou por meio de acordos bilaterais firmados diretamente entre as partes. As transações no mercado voluntário podem ser transfronteiriças.
- Controle e fiscalização: Certificadoras independentes (VCS, Gold Standard, ACR, CAR).

Modelo geral de contabilização do crédito de descarbonização

Representa um ativo quando decorre de uma certificação de remoção ou redução de emissão de GEE originados por recursos econômicos controlados por uma entidade. Se torna passível de reconhecimento quando atendidos os critérios para reconhecimento presentes nos Pronunciamentos Técnicos específicos.



Ativo **não financeiro**,
incorpóreo, sem
substância física



Ativo intangível (CPC 04)

Estoque (CPC 16)



A identificação do modelo de negócios em relação ao ativo é tão fundamental para o seu reconhecimento, quanto para sua mensuração inicial e subsequente.

Modelos de negócio (*)

	Originador	Intermediário	Usuário Final
Objetivo	Modelo de negócio reside na originação com a intenção de venda do crédito ambiental.	Modelo de negócio reside na compra e venda ativa (negociação) dos créditos de descarbonização - negociação ativa.	Visa adquirir créditos de descarbonização com a finalidade principal de aposentadoria, quando da compensação de suas emissões de GEE.

(*) Convém destacar que os agentes econômicos podem ter mais de um modelo de negócios para o ativo crédito de descarbonização, ou seja, tanto o Originador, quanto o Intermediário, podem utilizar parte desses créditos com o propósito de compensar suas próprias emissões de GEE. Entretanto, essa ação é acessória ou marginal e não descaracteriza o modelo de negócio principal que orienta o seu desempenho econômico.

Modelo geral de contabilização

	Originador			Intermediário		Usuário Final	
Modelo de Negócio	Comercialização	Compensação / Aposentadoria		Comercialização	Compensação ou Aposentadoria	Compensação ou Aposentadoria	
Reconhecimento Inicial	Estoque	Intangível (CC não é insumo)	Estoque (CC é insumo)	Estoque	Estoque (em linha distinta)	Estoque (CC é insumo)	Intangível (CC não é insumo)
Mensuração Inicial	Custo	Custo	Custo	Valor justo deduzido dos custos de venda	Custo	Custo	Custo
Mensuração Subsequente	Custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor	Custo deduzido da amortização ou pelo valor recuperável, dos dois o menor	Custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor	VJPR	Custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor	Custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor	Custo deduzido da amortização ou pelo valor recuperável, dos dois o menor
Gastos Incorridos	Os gastos incorridos pelo Originador no processo de certificação dos créditos de descarbonização devem ser registrados em rubrica representativa de Estoque em elaboração (observando-se o item 10 do CPC 16) e ajustados ao valor realizável líquido, quando menor (observando-se o item 9 do CPC 16), até o término do processo de certificação e disponibilização do crédito de descarbonização.			N.A.			

Renovabio (CBIO)

- Conforme a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio) instituída pela Lei nº 13.576/2017 tem por objetivo contribuir para o cumprimento dos compromissos de descarbonização da economia assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, mais especificamente, por meio do estabelecimento de metas de descarbonização para o setor de combustíveis que incentivam o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética.

ANP (2020) RenovaBio, disponível em:

<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/renovabio>

Renovabio (CBIO): Tratamento contábil

	Originador	Intermediário	Consumidor Final / Distribuidor	
			Ativo	Passivo
Intenção negocial	Gera para negociar	Compra para revender	Adquire para compensar venda de combustível fóssil	Provisiona mensalmente à medida que realiza a venda de combustível fóssil (fato gerador: venda de combustível fóssil)
Reconhecimento inicial para negociar	Estoque		N.A.	N.A.
Reconhecimento inicial para compensar	Rubrica distinta		Intangível	Provisão
Mensuração inicial	Valor Justo menos Despesa para Venda		Custo de aquisição	Melhor estimativa
Mensuração subsequente	Custo ou mercado dos dois o menor	Valor Justo menos Despesa para Venda	Custo histórico a ser baixado pela compensação do passivo	Melhor estimativa

Mercado Voluntário (passivos por obrigações não formalizadas)

- Compromissos assumidos em relação a aspectos climáticos, incluindo o posicionamento voluntário em relação a emissões de gases de efeito estufa (como, por exemplo, comprometer-se em ser carbono neutro ou em compensar suas emissões) deve ser avaliado pela entidade de forma que se conclua se tais compromissos voluntários podem levar ou não ao reconhecimento de um passivo à medida em que os critérios estabelecidos nos Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis sejam cumpridos.



Mercado Voluntário (passivos por obrigações não formalizadas)

- **Exemplo: Comprometimento de net-zero**

Em março de 20X0, um fabricante anuncia publicamente seu compromisso de se tornar 'net-zero' em 20X5. Anuncia que irá:

(a) começar imediatamente a mudar a forma como fabrica seus produtos com o objetivo de reduzir gradualmente suas emissões de gases de efeito estufa, para que não ultrapassem 40% de seu nível atual em 20X5; e

(b) a partir de 20X5, se compromete a compensar as emissões remanescentes adquirindo créditos de descarbonização equivalentes nos países nos quais fabrica para compensar emissões em excesso.

Mercado Voluntário (passivos por obrigações não formalizadas)

- Obrigação presente como resultado de um evento
 - O anúncio público do fabricante indica ao público que ele aceitou a responsabilidade de eliminar ou compensar suas emissões de gases de efeito estufa de 20X5 em diante.
 - Este anúncio cria uma obrigação não formalizada para o fabricante se criar uma expectativa válida entre os membros do público de que cumprirá esta responsabilidade.
 - Se o anúncio cria tal expectativa é uma questão de julgamento, determinado pela administração levando em conta os fatos e circunstâncias.

Mercado Voluntário (passivos por obrigações não formalizadas)

- Obrigação presente como resultado de um evento
 - Um anúncio que preencha os critérios para criar uma obrigação não formalizada não é suficiente por si só para criar uma obrigação não formalizada presente.
 - A obrigação surge apenas quando o fabricante toma medidas que irão exigir que ele transfira um recurso econômico – isto é, quando ele emitiu GEE que se comprometeu a compensar.
 - Ele então tem a obrigação de pagar pela quantidade de créditos de carbono necessários para compensar as emissões passadas.
 - O compromisso do fabricante de mudar aspectos da forma como fabrica seus produtos não é uma obrigação de transferir um recurso econômico.

Mercado Voluntário (passivos por obrigações não formalizadas)

➤ **Conclusão**

O fabricante deve reconhecer uma provisão como resultado de seu compromisso:

(a) quando tiver emitido os gases de efeito estufa que se comprometeu a compensar; e

(b) se, naquele momento, a administração julgar que seu anúncio deu origem a uma obrigação não formalizada de cumprir os compromissos de net-zero.

O fabricante reconhece uma provisão pela melhor estimativa dos valores a pelos créditos de descarbonização necessários em relação às emissões passadas.



XXXIX ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

OCPC10 Créditos de Descarbonização

